



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 04/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 31/01/2024

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
ANTÓNIO FRANCISCO COSTA DA SILVA
SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU
RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, em substituição do Senhor Vereador Miguel José Fonseca Bentinho

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

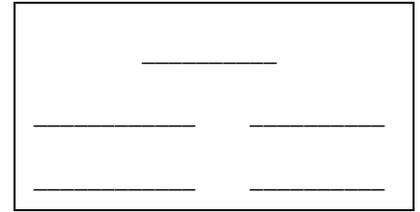
HORA DE ENCERRAMENTO: 19,46 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 26/01/2023

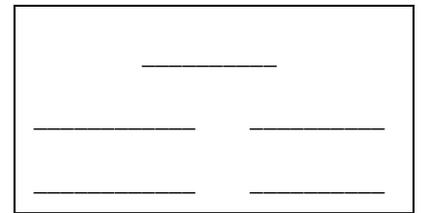
CAIXA	927.446,18 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1-MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA.....	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO.....	52,00€
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS.....	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 – TERESA MARIA PIRES PENETRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO.....	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS.....	500,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	479.951,32€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	462.693,37€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	19,25€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	315,10€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	61.650,43 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830 – CAUÇÕES	2.025,36€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	9.242,68€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	68.842,72€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	87.350,76€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	77.765,76€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.407.400,00€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	494.802,35€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	200.410,09€



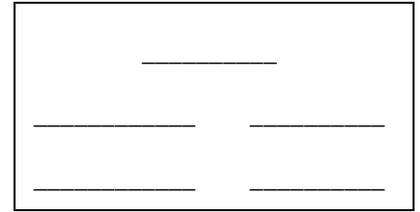
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de todos os membros do órgão, concretamente Luís Miguel Fialho Duarte, que presidiu, o Vereador António Francisco Costa da Silva e as Vereadoras Paula Marise Carracha Panóias Bamond das Neves, Sara Cristina Cupido Carmo Grou e Rita Figueira de Matos Rafael. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 24 de outubro de 2023; -----
3. Informação sobre a Atividade da Câmara; -----
4. Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (1º Ciclo); -----
5. Proposta de pedido de aprovação de Consulta Pública do Projeto de Regulamento Municipal do Banco Local de Voluntariado de Viana do Alentejo; -----
6. Proposta de aprovação do Memorando de Entendimento, para regular a parceria entre o Município e a Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.; -----
7. Proposta de pedido de parecer Prévio para a celebração de um Contrato de Prestação de Serviços na Modalidade de Avença para Apoio na DIMSU, na Piscina de Alcáçovas; -----
8. Proposta de ratificação da 2ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
9. Proposta de ratificação da 2ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
10. Proposta de ratificação da 3ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
11. Proposta de ratificação da 3ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; --
12. Proposta de ratificação da 1ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
13. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 13 de dezembro de 2023, que determinou a adjudicação e aprovação da minuta do contrato referente ao Concurso Público para Aquisição de Equipamento de Projeção Digital de Cinema e de vídeo, Imagem e Tecnologia para o Cineteatro Vianense; -----
14. Proposta de transferência de verba para a Associação de Município da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2) – Quota de 2024; -----
15. Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais: -----
 - 15.1) Sociedade União Alcaçovense: -----
 - Escola de Música (3º Trimestre de 2023); -----



- Escola de Música (4º Trimestre de 2023); -----
- Banda Filarmónica (3º trimestre de 2023); -----
- Banda Filarmónica (4º Trimestre de 2023); -----
- Grupo de Teatro Amador (3º trimestre de 2023); -----
- Grupo de Teatro Amador (4º Trimestre de 2023) -----
- 15.2) Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense: -----
- Grupo Coral Feminino e Etnográfico “Paz e Unidade” de Alcáçovas (4º Trimestre de 2023);
- Escola de Dança (4º Trimestre de 2023); -----
- 15.3) Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo (3º trimestre de 2023); -----
- 15.4) Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo (4º trimestre de 2023); -----
- 15.5) Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas: -----
- Grupo de Cavaquinhos do Alentejo (3º trimestre de 2023); -----
- Grupo de Cavaquinhos do Alentejo (4º trimestre de 2023); -----
- 15.6) Cruz Vermelha Portuguesa, para a Delegação de Alcáçovas (1º e 2º semestre de 2023);
- 16. Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Recreativo Associativo de Viana do Alentejo; -----
- 17. Proposta de concessão de apoio financeiro para Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas; -----
- 18. Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Motard “Os Xananas” de Viana do Alentejo; -----
- 19. Proposta de concessão de apoio financeiro para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense; -----
- 20. Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Motard “Os Xananas, no âmbito do seu aniversário; -----
- 21. Proposta de concessão de apoio financeiro para a ASTAVA- Associação de Solidariedade dos Trabalhadores das Autarquias Locais; -----
- 22. Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação do Município de Viana do Alentejo; -
- 23. Proposta de início de procedimento de revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Viana do Alentejo; -----



24. Proposta de emissão de Licença Especial de Ruído para a realização de evento #Festa de Aniversário”, a realizar nos dias 27 e 28 de janeiro – Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas; -----

25. Proposta de ratificação da decisão de aprovação da nomeação do Coordenador de Segurança em obra, no âmbito da Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo; -----

26. Proposta de ratificação da decisão de aprovação da nomeação do Diretor de Fiscalização, no âmbito da Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo; -----

27. Proposta de ratificação da aprovação do Plano de Segurança e Saúde, relativo à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo; -----

28. Proposta de submissão à Assembleia Municipal da aprovação do método de imputação das despesas com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Município associados; -----

29. Proposta de submissão à Assembleia Municipal da aprovação do montante mensal a transferir para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central; -----

Não se verificou a presença de público.

Período de Antes da Ordem do Dia- Nos termos do artigo 52º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor Presidente começou por informar que tinha pedido ao Arquiteto Miguel Machado que estivesse presente na reunião, com o objetivo de apresentar um resumo dos processos da Divisão Urbanística e Processual referentes ao ano transato. -----

Antes da intervenção do Senhor Arquiteto, o Senhor Presidente pediu autorização ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras para que o Senhor Arquiteto esclarecesse os pontos nºs 22 e 23 da Ordem de Trabalhos, aproveitando, assim, a sua presença. -----

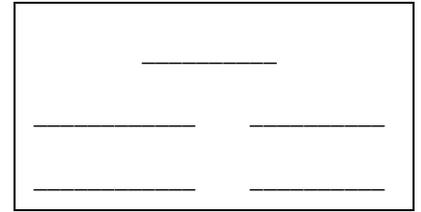
O Senhor Arquiteto iniciou a sua intervenção e relativamente ao ponto de situação do que foi realizado em 2023, referiu que tinha sido concluída a parte do arquivo de Viana do Alentejo e de Aguiar e se assim que houvesse condições físicas, começar-se-ia o de Alcáçovas. -----

Do arquivo que já estava inventariado e cartografado, constavam 2332 processos dos 3391 que tinha informado no último semestre. -----

Em Viana do Alentejo foram tratados 1496 processos urbanos, 380 rústicos e em Aguiar 389 urbanos e 28 rústicos. -----

O Senhor Arquiteto disse “que tinham as coisas preparadas para dar o segundo passo,” contudo, sem garantias que fosse para o ano de 2025, mas que seria “interessante informatizar os processos”. Para isso, o Senhor Presidente teria de disponibilizar matéria e sobretudo mão-de-obra. -----

Referiu, ainda, que com o grupo de trabalho atual naquela Divisão, seria provável que “voltasse



a ter a mesma conversa no próximo ano”. Havia necessidade de alguém que apoiasse na parte da informática e da digitalização e ainda na parte jurídica, dada a complexidade de alguns processos. A questão da informatização era um trabalho complicado, pelo que levaria, pelo menos dois anos com os funcionários que a Divisão tem, atualmente. -----

O Senhor Arquiteto disse que “neste momento, trabalhavam com o que tinham e iriam continuar a trabalhar com o arquivo físico”. Comparativamente àquilo que encontrou na Divisão, hoje, o trabalho estava mais facilitado, pois se o Senhor Presidente ou alguém do executivo precisasse de um processo para atendimento de um munícipe de qualquer freguesia do Concelho, já se conseguia disponibilizar imediatamente. Este procedimento, era impensável há um ano – afirmou. -----

Em relação aos outros processos da Divisão, do ano de 2023, referiu que existiam 889 processos, tendo respondido a 861. Estes que ainda estavam em falta diziam respeito aos meses de novembro e dezembro e o facto de ainda não estarem respondidos devia-se à suspensão do Plano Diretor Municipal de agosto até 7 de dezembro de 2023. Neste período não era legalmente possível responder a estes processos porque havia repercussões nos mesmos. -----

Os restantes continuavam a ter resposta atempada-disse. -----

O Senhor Arquiteto acrescentou que, em 2023, tinha sido iniciado o assunto relativo aos imóveis degradados, considerando que tinha sido uma “vitória parcial”, tendo em conta que esta é uma questão difícil porque se “tocam em assuntos que as pessoas não gostam”. Salientou que, em Viana do Alentejo, tinham conseguido resolver 61% dos processos e 50% dos processos em Aguiar. Em Alcáçovas, tinha sido mais difícil de resolver e só tinham conseguido 13% dos processos identificados, mas que iriam retomar este trabalho, agora, no início do ano. - No caso da freguesia de Viana, fez referência às melhorias nos edifícios que aparentavam ruína, e que em Alcáçovas se faria nova tentativa neste procedimento. “Não se conseguiria resolver tudo porque dependia da vontade dos particulares”. -----

Assim, disse que os processos estavam identificados, havia uma base de dados feita e uma metodologia implementada para este tipo de situações. -----

Relativamente aos prédios urbanos não edificadas, disse que tinham iniciado o procedimento em 2023, mas que “situação não tinha corrido como esperava” e que no ano em curso iriam estar mais atentos. -----

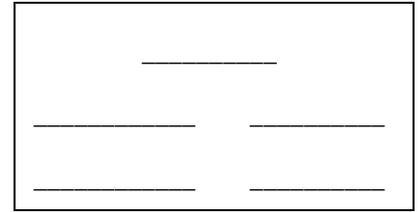
Em relação aos empreendimentos turísticos, disse que tinha sido criada também uma base de dados e que estes iam “andando dentro dos prazos”. -----

Para a ocupação de espaço público com esplanadas, com suportes publicitários, tinha sido também criada uma base de dados com 103 processos, sendo resolvida grande parte deles. -----

A concluir, disse que era “preciso criar hábitos” nos munícipes, os quais até podiam ter existido antes da pandemia COVID-19, mas que tinham desaparecido. Agora, era necessário voltar a criar nova metodologia e acreditava que iria funcionar. -----

Em termos gerais, o trabalho ia decorrendo dentro daquilo que esperava e sublinhou a falta de recursos humanos, tal como já tinha dito em outras ocasiões. -----

O Balcão de atendimento estava a ser melhorado e estavam a tentar melhorar o Balcão Virtual,



através da implementação da nova plataforma, que iria certamente tornar-se “uma mais valia”, pois permitia que centralizassem os serviços numa só aplicação. Para além disso, iria também facilitar aos munícipes o envio de reclamações, projetos, entre outros. -----

O Senhor Arquiteto adiantou que em 2024, estava prevista a implementação de um sistema que iria aliviar a questão dos pedidos de plantas e estavam a rever todos requerimentos que dão entrada na Câmara, de modo a facilitar o preenchimento de acordo com a intenção do munícipe. Nestes requerimentos, para o Presidente da Câmara, o que interessa é o que a pessoa quer fazer –disse. -----

Referiu-se, ainda, às alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação que inclui algumas obrigações dentro das competências da Câmara Municipal que, em sua opinião, não vêm facilitar o trabalho, contrariamente ao que parecia. -----

Continuando a sua intervenção, disse que era “imperativo que houvesse mais um elemento na fiscalização porque era impossível cumprir aquilo que o Decreto ia obrigar a partir de março de 2024. Havia uma série de procedimentos que iam passar a ser comunicados à Câmara e era obrigação deste órgão fazer a fiscalização sucessiva. Futuramente, esta seria a metodologia a aplicar, pelo que era importante estar “preparados para isso”. -----

Para além disto, havia também o Regulamento Municipal que teria de ser revisto, já que havia um conjunto de situações que iriam “ser proibidas” pelo novo Decreto. Assim, seria necessário fazer alguns ajustes para que fosse uma “mais valia” para o Concelho de Viana do Alentejo. -----

O Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público teria de ser também sujeito a revisão, e em consequência disto, seria também revista a tabela de taxas e preços. -----

Após os esclarecimentos do Senhor Arquiteto, verificou-se a intervenção do Senhor Presidente que se referiu ao assunto da tabela de taxas e disse que a taxa referente ao pagamento de ampliação de espaço para estacionamento era bastante cara, o que obrigava as pessoas a “recuar” nos seus investimentos. -----

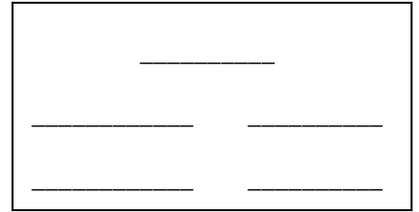
O Senhor Arquiteto respondeu que esta taxa era uma compensação ao Município e a questão seria rever o valor desta taxa em função da realidade do Concelho, da economia e das necessidades que existem. -----

O Senhor Presidente referiu que era um valor exagerado que se cobrava e que não atraía investidores. O Senhor Arquiteto corroborou as palavras do Senhor Presidente e referiu que já tinham passado pela experiência de alguns casos no último ano. -----

O Senhor Presidente voltou a intervir e recordou a intervenção do Senhor Arquiteto no que diz respeito à nova Lei do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação que viria a dificultar o trabalho da Câmara e a facilitar os procedimentos aos munícipes. -----

Interveio, de seguida, o Senhor Vereador António Costa da Silva que começou por cumprimentar todos os presentes e aqueles que assistiam à distância. -----

Disse o Senhor Vereador que a área do urbanismo, desde há muito tempo, que era uma área perturbadora no desenvolvimento do Concelho, mas, felizmente “que se estavam a sentir melhorias”. Os processos recentes estavam a decorrer e aqueles “embaraços” que havia por não haver resposta aos mesmos, era uma situação muito desagradável no nosso Concelho –



afirmou. -----

Havia, ainda, assuntos antigos, mas que tinham vindo a melhorar, facto que era reconhecido por alguns empresários e proprietários. Os processos mais recentes entravam e decorriam dentro do que era a normalidade destes processos. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, referiu-se à nova Lei, reconhecendo que era um progresso muito importante, apesar das limitações ao nível da fiscalização dos processos, contudo, agilizava muito aquilo que era a “desburocratização”. Sabia-se que ainda se estava longe daquilo que era feito nos países desenvolvidos, nomeadamente nos países nórdicos, onde não havia processos de arquitetura nem nas Câmaras Municipais. Os responsáveis pelas obras eram os projetistas, “que se não cumprirem as regras são castigados”. Estas diferenças têm por base toda uma questão cultural e religiosa –disse. -----

O Senhor Vereador reforçou a importância da nova Lei, a qual se caracteriza por haver “menos processos e mais digitalização” e, por isso, perspetivava o futuro de forma positiva. -----

Quanto ao assunto das Taxas, disse que era um fator inibidor a um projeto de investimento, já que o valor cobrado para os estacionamento era elevadíssimo. -----

A ideia seria criar condições para que quem tivesse um hotel, alojamento local ou a sua própria casa tivesse um alojamento com dignidade, mas com estes preços não seria possível. Neste sentido, era urgente que fosse revisto esse assunto – afirmou. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, expressou a sua satisfação porque o Senhor Arquiteto ia de encontro àquilo que tinham “defendido” em relação ao Mapa de Pessoal, o qual tinha três propostas para Técnicos Superiores (Urbanismo, Informática e Jurista). O Senhor Arquiteto tinha reforçado aquilo que, em sua opinião, eram as áreas-chave. Disse que “alguém bom na contratação pública agilizava processos com mais rapidez, alguém com muita competência nessa matéria e para ajudar o Urbanismo a simplificar os processos. -----

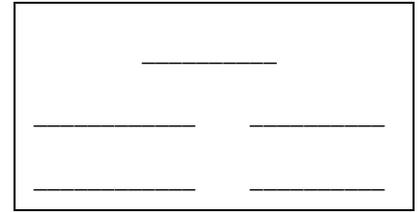
Relativamente ao Técnico Superior de Informática, considerou que era urgente, tendo em conta que o plano era digitalizar o máximo de processos e a questão do arquivo era também um assunto importante a introduzir no sistema digital, de forma a ser possível aceder mais facilmente. -----

O Senhor Vereador perguntou em termos de processos globais, sobretudo os anteriores, qual era o ponto de situação. -----

O Senhor Arquiteto respondeu que quando se referiu aos 889 processos analisados em 2023 significava que esses processos tinham entrado em 2023, os restantes que se reportavam aos anos anteriores, não entravam naquele número. Estes iam sendo resolvidos- disse. -----

Neste âmbito, disse que havia duas formas de “olhar para esta situação”. Uma opção seria trabalhar com uma equipa alargada, para resolver os processos de um determinado ano, facto que não é possível neste momento, a outra opção e que foi a que se seguiu foi a abordagem dos processos que vão surgindo. Neste momento, era o método que estavam a usar e já tinha informado o Senhor Presidente que não iam conseguir resolver todos os processos –disse. -----

O Senhor Arquiteto acrescentou que o Plano Diretor Municipal “tinha vindo dar uma grande ajuda”, no que diz respeito a construções, cujas licenças foram emitidas, erradamente, pois, há



nele um artigo específico que permite que as construções anteriores ao PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território, possam ser vistas como existentes. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e disse que de acordo com explicação do Senhor Arquiteto, todos os processos que tinham entrado tinham sido quase todos despachados. Se se começasse a tratar dos processos antigos, queria dizer que os novos se atrasavam. -----

O Senhor Arquiteto respondeu que “esses processos não ficavam para trás, e que arriscava a dizer que não havia nenhum dos que tinham sido intervencionados no último ano que não tivessem já tido uma resposta.”. -----

Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou que cumprimentou todos os presentes e aqueles que assistiam à distância. -----

De seguida, expressou o seu agradecimento ao Senhor Arquiteto pela disponibilidade em estar presente naquela reunião. Disse que já tinha pedido algumas listagens e que hoje tinha ficado esclarecida em relação aos processos antigos, os quais não eram de fácil resolução. Alguns seriam facilitados pela Lei e outros seriam pela “solicitação das pessoas aos serviços os outros” - A Senhora Vereadora questionou se dos processos abrangidos pelas alterações do PDM, havia muitos por tratar. -----

O Senhor Arquiteto respondeu que havia 12 processos identificados e que se iria proceder às notificações com um ofício que apresentasse as possibilidades, já que não queriam dar falsas expectativas às pessoas- afirmou. -----

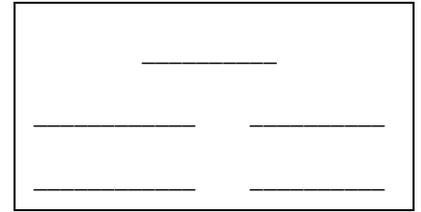
“Tudo teria de ser muito bem visto, com as plantas do PDM sobrepostas na construção que já existe e perceber se existem entidades externas a consultar”. Disse que gostaria de regularizar os 12 processos, contudo, não sabia se seria possível. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a intervir e referiu-se ao arquivo de Alcáçovas que, tal como o Senhor Arquiteto tinha dito era “o monstro sagrado” e acrescentou que, tendo em conta que a Câmara estava em Viana, em sua opinião, “os processos deveriam estar aí materializados”. Por isso, disse que não percebia o facto de Alcáçovas ter aquela quantidade e complexidade de processos. -----

O Senhor Arquiteto explicou que “Alcáçovas eram um caso muito especial porque tinha muito investimento e que ficava sempre sem resposta para aquela questão”. Salientou que aquela freguesia “tinha qualquer coisa que apelava ao investimento, não no sentido de hotéis ou indústria, mas de compra de casas. -----

Alcáçovas tinha um arquivo grande que existia lá há muitos anos e que, nessa altura, tinha tido lógica ter sido criado lá, mas na sua forma de organização de serviço, não tinha qualquer sentido. Atualmente, os processos vinham diariamente para a Câmara, o que não era o melhor método, pois os processos deveriam estar guardados, “fechados à chave e sem acesso a pessoas externas”. -----

O Senhor Arquiteto salientou que, na Câmara, “estava esgotado o espaço no arquivo” e que já tinha feito uma proposta ao Senhor Presidente para se resolver esta questão. A partir daí, já se poderão trazer os processos do arquivo de Alcáçovas, para se organizar, cartografar e criar pastas novas. -----



A Senhora Vereadora Sara Grou referiu-se à questão do património em ruína e degradado e expressou a sua admiração por haver uma taxa de recuperação tão baixa (14%), na medida em que, muito deste património tinha sido recuperado. -----

O Senhor Arquiteto disse que a Lei não era muito clara nesta questão e que tinham feito “um procedimento um pouco alternativo, que foi apelar ao bom senso das pessoas”. A outra forma seria com vistoria, dado que o Senhor Presidente tinha competências para isso. Caso os proprietários não cumpram o estabelecido, a Câmara tem a obrigação, no mesmo prazo e nos mesmos termos de executar a obra e passar a fatura ao proprietário. Caso o proprietário não pague, irá para execução fiscal e “era um processo que nunca mais tinha fim” e nem sequer havia orçamento para isto – afirmou. Por esse motivo, não se tinha seguido este caminho. -----

A Senhora Vereadora perguntou quantos imóveis estariam nestas condições e o Senhor Arquiteto respondeu que foram notificados proprietários de 55 imóveis, sendo que 22 eram de Alcáçovas. -----

Voltou a intervir a Senhora Vereadora Sara Grou que questionou quanto à limpeza dos prédios urbanos, que não estando habitados, punham em risco os prédios vizinhos. -----

O Senhor Arquiteto respondeu que eram os prédios rústicos, dentro dos perímetros urbanos, de onde eram retirados o pasto e o mato. Neste âmbito, disse que tinham enviado 13 notificações e todos tinham sido resolvidos. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou disse que em relação aos processos de ocupação, tal como tinha referido o Senhor Arquiteto, em tempos do COVID tinha havido isenção do pagamento de taxas à ocupação de espaço público e muitas delas ainda continuavam por regularizar, após o desaparecimento da pandemia. -----

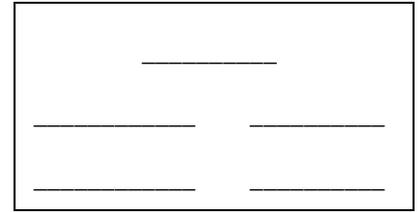
O Senhor Presidente interveio e disse que o Senhor Arquiteto tinha tentado responder a todos os processos que entravam na sua Divisão e verificava-se que havia uma diferença significativa na organização do trabalho. -----

Recordou que uma das suas propostas para o Mapa de Pessoal era contratar a termo certo, um Arquiteto, um Desenhador e outros dois Arquitetos, de forma a conseguir-se resolver a quantidade de processos antigos. Disse que a proposta do Senhor Vereador António Costa da Silva de “contratar fora estes técnicos”, não seria muito fácil, pois não existem muitos gabinetes que façam essa apreciação. Estes trabalham mais em projetos do que na apreciação de processos – afirmou. -----

Em sua opinião, seria mais fácil criar-se um gabinete na Câmara para esse fim, “nem que fosse temporariamente.” -----

Relativamente à questão do espaço, “apesar de ser difícil, mas que não era impossível” e que era já um pedido insistente do Senhor Arquiteto e que era, na realidade, bastante necessário. ---

O Senhor Presidente mostrou-se bastante satisfeito com a avaliação positiva que se tinha feito do trabalho apresentado pela Divisão Administrativa Urbanística e Processual e felicitou o Senhor Arquiteto, Chefe daquela Divisão, e toda a sua equipa, por todos os progressos alcançados. -----



Terminados os esclarecimentos do Senhor Arquiteto, o Senhor Presidente, aproveitando a sua presença, solicitou-lhe que explicasse os pontos: -----

nº 22. “Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação do Município de Viana do Alentejo”. -----

nº 23. Proposta de início de procedimento de revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Viana do Alentejo. -----

Em relação ao ponto nº 22, o Senhor Arquiteto disse que era uma proposta no âmbito da possibilidade de alteração da Estratégia Local de Habitação, no seu decurso temporal, uma vez que não se tinham “feito as coisas conforme tinham programado”. Para além disso, havia a reprogramação financeira decorrente das várias reuniões de Câmara realizadas com o IHRU- Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e cuja proposta referia a alteração do custo dos materiais e uma possibilidade de se chegar aos 2 milhões 575 mil euros, sendo 76 para o processo do Altinho, o qual estava praticamente concluído. Relativamente a Aguiar, disse que tinham já lançado o procedimento para a contratação dos projetos e que tinham feito, internamente, um estudo para o Loteamento de Aguiar. Os elementos submetidos a concurso já tinham esse estudo prévio-disse. -----

“Não quiseram desvirtuar muito porque havia ali um contexto arquitetónico que valia a pena ser preservado”. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que, segundo informações que tinha, até 31 de março, teriam de ser apresentadas as candidaturas ao 1º Direito. Caso o prazo fosse alargado, ficaria muito satisfeito-afirmou. -----

O Senhor Presidente, no uso da palavra, disse que “uma das suas políticas era fixar a data que saía e não jogar com um eventual adiamento”. Era esse esforço que, normalmente, pedia aos técnicos-acrescentou. -----

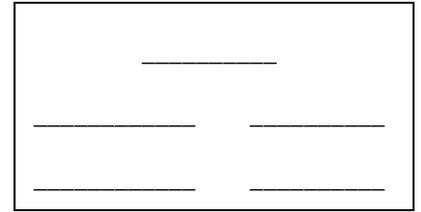
O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que uma preocupação era o calendário para se cumprir porque implicava milhares de euros a fundo perdido. A outra era o facto de termos um processo que requeria a entrega das chaves aos moradores no dia 30 de junho de 2026. Isto significava que esta obra teria de estar pronta no final do ano de 2025. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, referiu que uma obra desta natureza, com projetos técnicos, candidaturas entregues, lançamento do concurso, parecer do Tribunal de Contas, acrescido do prazo de execução da obra, era um processo moroso, facto que o deixava preocupado. -----

O Senhor Arquiteto disse que “o cenário não era aquilo que o Governo queria antes, mas também não era aquilo que queria naquele momento”. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a intervir e disse que “o governo tinha de saber onde se ia gastar o dinheiro. Era muitos milhões do PRR-Plano de Recuperação e Resiliência, que estavam alocados à componente do 1º Direito–Habitação e outras componentes e queriam saber se havia, efetivamente, procura exequível para utilizar o dinheiro noutras coisas”. Relativamente a Aguiar, isto poderia estar mais desenvolvido-disse. -----

O Senhor Arquiteto respondeu que já tinham o processo em condições de ter dado o passo mais cedo, mas as coisas não estavam legalizadas. Havia terrenos que não estavam corretamente



registados, pelo que houve necessidade de se proceder a essa alteração, até porque o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, não aceitava esta operação se não tivesse havido este procedimento. -----

Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou e disse que “acompanhava a preocupação do Senhor Vereador António Costa da Silva e referiu que a empresa contratada para fazer a consultoria, provavelmente, tinha-se atrasado”. Para além disto, mostrou a sua preocupação também pela razão de que é bastante difícil contratar empresas para construção, apesar de ser mais fácil quando se trata de grandes obras. -----

Em todo o caso, iriam “lutar” pelo processo, para que nada corresse mal. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e disse que “iam tentando estar informados e que não havia tantos Municípios com estratégia pronta a sair”. -----

No que diz respeito ao ponto nº 23, o Senhor Arquiteto referiu que o que se pretendia era alterar o Regulamento existente, de forma a simplificá-lo, em alguns pontos, e ajustar à realidade do Concelho, as cedências para o domínio público municipal. -----

Depois da explicação dos dois pontos da Ordem de Trabalhos, foram retomadas as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade e o esforço do Chefe da Divisão Administrativa Urbanística e Processual por todo o trabalho desenvolvido e pelas explicações apresentadas na reunião. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente informou que havia duas “pequenas alterações que poderiam ser significativas”, uma referia-se ao sistema de atendimento telefónico que tinha sofrido algumas mudanças, que se esperava que funcionassem-disse. -----

Para além disto, estava a ser implementada uma nova plataforma de arquivo documental (Gestiona), que considerava ser “uma mais-valia” em termos do funcionamento dos serviços e, sobretudo, na redução do uso do papel, tendo também o seu impacto no trabalho associado às reuniões, como forma de facilitar a redação de atas, entre outros. -----

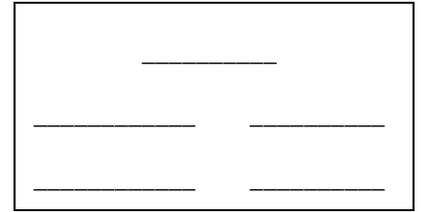
O Senhor Presidente informou, ainda, que este ano, voltar-se-ia a realizar o Festival “Alentejo Encantado, cuja organização estava a cargo da AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central, à qual se associavam os cinco Municípios e, por ocasião da realização do FICO – Festival de Ilustração, Criatividade em Olaria, em Viana do Alentejo, teria lugar, no próximo dia 11 de maio de 2024, um espetáculo com o cantor Dino d’Santiago. -----

O Senhor Presidente disse que era importante aproveitar estes espetáculos para incluir nas iniciativas do Município, poupando, assim, algum dinheiro porque é a AMCAL que liquida estes valores, contudo “sai dos bolsos do Município”, dada a sua contribuição para aquela Associação. -----

O Senhor Presidente comunicou que tinha uma notícia menos agradável e que se referia a uma reunião realizada com os empreiteiros da EBSIS, na qual foram informados que a Câmara iria ser notificada porque se até ao dia 23 de fevereiro de 2024, o assunto dos Trabalhos Complementares não estivesse resolvido, a “obra parava”. -----

Relembrou que só era possível assinar este contrato depois de se ter dinheiro na rubrica e os documentos preparados para Visto do Tribunal de Contas. -----

Disse o Senhor Presidente que ia apresentar a informação, que já tinha sido solicitada sobre a



cronologia dos procedimentos efetuados, no contexto da submissão do Visto do Tribunal de Contas para o empréstimo de médio e longo prazo. Assim, referiu que: -----

- No dia 16 de dezembro de 2022, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a autorização para a realização do investimento; -----
- No dia 8 de setembro de 2023, a Assembleia Municipal aprovou o contrato do empréstimo; ----
- No dia 15 de setembro de 2023 – foi comunicado às entidades concorrentes da decisão da tomada pela Assembleia Municipal; -----
- Período de audiência prévia aos interessados (10 dias úteis); -----
- 20 de outubro de 2023– Receção dos documentos respeitantes à Minuta do Contrato e Plano Financeiro; -----
- Correções à Minuta do Contrato com o Gabinete Jurídico da entidade que ganhou; -----
- No dia 17 de novembro de 2023 – Receção dos documentos de habilitação da entidade e primeira submissão ao Visto do Tribunal de Contas; -----
- No dia 30 de novembro de 2023 – Aprovação da Minuta em reunião de Câmara; -----
- No dia 5 de dezembro de 2023 – Devolução do processo ao Tribunal de Contas e assinatura do contrato de empréstimo com a entidade; -----
- No dia 7 de dezembro de 2023 – Nova submissão do processo a Visto do Tribunal de Contas; --
- No dia 27 de dezembro de 2023 – Devolução do processo com o pedido de elementos adicionais para complementar o estudo do mesmo; -----
- No dia 29 de dezembro de 2023 – Aprovação da Assembleia Municipal quanto à autorização dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação do empréstimo. -----

O Senhor Presidente disse que faltava ainda um ponto porque tinham estado com alguma dificuldade e justificou que com a mudança de ano e com os processos contabilísticos a decorrer, não se tendo ainda apurado os dados para enviar para o Tribunal de Contas. -----

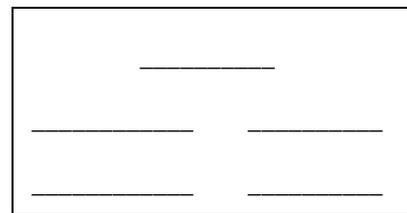
Em seguida, verificou-se a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva que começou por referir-se à ocorrência de criminalidade em Alcáçovas, nomeadamente ao assalto à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, situação que considerou muito grave, à semelhança de outras que ocorreram há algum tempo naquela freguesia. -----

Neste sentido, perguntou que diligências a Câmara já tinha tomado para esta situação inédita em Alcáçovas, “uma terra pacífica”, e que respostas tinha obtido. -----

O Senhor Vereador mencionou o encerramento de uma parte do dia ou da noite do Posto da GNR, em Alcáçovas e da falta de presença de efetivos e da garantia de segurança. -----

Em Viana também já tinha havido situações destas, tais como os assaltos na Zona Industrial, mas estas situações de crimes macabros têm ocorrido mais em Alcáçovas. -----

Que respostas temos para evitar estas situações? -perguntou -----



Prosseguindo, o Senhor Vereador referiu-se a uma moção que a força política VIVA tinha apresentado há 15 dias, referente à questão dos helicópteros INEM e que tinha sido aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara, a qual deveria ter sido publicitada nos meios do Município, deveria ter sido enviada para a imprensa, para os grupos parlamentares e Ministro da Saúde. Pelo que percebeu, isto não aconteceu, facto que estranhou, pois deveria ter sido publicada logo a seguir à sua aprovação-disse. -----

Outro assunto que referiu e o qual lhe causava “estranheza” era o facto de terem deixado de se publicar as reuniões de Câmara, nomeadamente no Facebook. Disse que gostaria de saber o motivo desta situação e que acreditava que não estivesse relacionado com o RGD-Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. -----

Como não se tinha tomado nenhuma decisão nesse sentido, era expectável que continuassem a ser publicadas –afirmou. -----

Continuando a sua intervenção, questionou a abertura de procedimentos para os Parques Infantis do Concelho e qual era o ponto de situação dos mesmos, sabendo que havia um problema com a irregularidade dos mesmos, a qual vinha do executivo anterior. -----

Neste sentido, disse que gostaria de saber quais os parques que o executivo se propunha intervencionar. -----

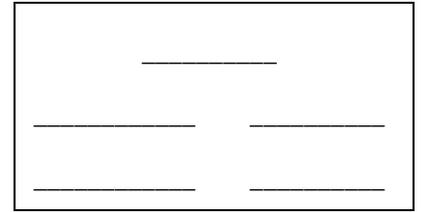
Relativamente ao assunto da segurança que tinha abordado no início da sua intervenção, perguntou se existia um Conselho Municipal de Segurança porque no site da Câmara não existia-disse. Em sua opinião, era importante que esta comissão reunisse para discutir as questões a que ele se tinha referido porque “envolvia um conjunto de atores locais”, designadamente as forças de segurança, com o intuito de resolverem estes problemas. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva acrescentou que, ao pesquisar a Comissão Municipal de Segurança, se tinha deparado com o Conselho Cinegético da Conservação da Fauna de Viana do Alentejo. Constatou que não estava atualizado e que seria necessário reunir para se decidirem questões locais. -----

O Senhor Vereador fez também referência à ausência na Ordem de Trabalhos, das alterações modificativas ao Orçamento, revisões aos Documentos Previsionais. Dado o “histórico recente e da urgência por parte da empresa de requalificação da EBSIS que apresentou um prazo (23 de fevereiro de 2024), para pagamento dos trabalhos complementares, seria importante que estas alterações fossem, hoje, submetidas a aprovação. As alterações modificativas é que eram estruturantes para ajudarem a resolver o problema e que tinha sido esse “o caminho sugerido nas últimas reuniões de Câmara, quando se discutiu o Orçamento e o empréstimo a curto prazo. O Senhor Presidente respondeu e disse que” ia começar pelo fim”. -----

Relativamente às alterações ao Orçamento, “houve uma questão humanamente impossível” e, por esse motivo, os documentos não estiveram prontos para serem enviados, de forma a que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras pudessem analisar, com tempo, os documentos. Por esse motivo, disse que estavam a pensar em realizar uma reunião extraordinária da Câmara, no dia 7 de fevereiro de 2024, de forma a cumprirem-se os dias para o envio da convocatória para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, que será, previsivelmente, no dia 16 de fevereiro de 2024. -----

Disse o Senhor Presidente que para haver estas alterações ao Orçamento com algum rigor, foi



transmitido pelos técnicos “que seria impossível” para aquela reunião, por conseguinte, houve necessidade de submeter a ratificação as decisões que teve de tomar. -----

No que diz respeito ao Conselho Cinegético, disse que os nomes referidos pelo Senhor Vereador tinham sido atualizados por si, enquanto Assessor do Presidente da Câmara na altura. A alteração que tinha havido, era, naturalmente a do Presidente da Câmara eleito (Bernardino Bengalinha Pinto). -----

O Senhor Presidente sublinhou que iria informa-se sobre o ponto de situação deste Conselho. --- Em relação ao Conselho Municipal de Segurança, salientou que seriam enviados ofícios às entidades para indicarem os seus representantes. Seguidamente, esses elementos tomarão posse, na Câmara Municipal, e haverá depois uma reunião para se elaborar o Regimento, o qual será submetido à Assembleia Municipal. -----

Referindo-se aos Parques Infantis, disse que tinha havido uma consulta prévia às empresas, para que a seguir fosse lançado o concurso. -----

As intervenções previstas em Viana serão as seguintes: -----

➤ Parque Infantil da EBSIS; -----

➤ Parque Infantil da Quinta da Joana; -----

➤ Parque Infantil do Jardim do Altinho; -----

➤ Parque Infantil do Jardim do Rossio; -----

➤ Parque Infantil da Quinta do Marco; -----

Em Aguiar: -----

➤ Parque Infantil da Cooperativa; -----

➤ Parque Infantil do Jardim de Infância; -----

Em Alcáçovas: -----

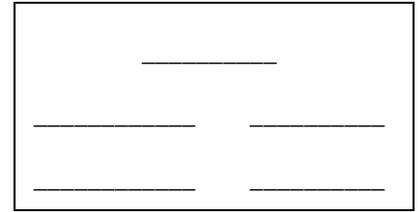
➤ Parque Infantil do Bairro dos Barrancões; -----

➤ Parque Infantil do Miradouro; -----

Os restantes Parques Infantis em Alcáçovas ficariam a cargo da Junta de Freguesia, sendo que o Parque Infantil do Bairro da Lage já tinha sido intervencionado através do apoio da Associação 25 de Abril em pareceria com a Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e referiu que os pais dos alunos, sobretudo dos mais pequenos se queixavam que as crianças “não tinham nada para fazer”, para além de que o convívio com os mais velhos estava a ser complicado. -----

Para informar sobre esta situação, interveio a Senhora Vice-Presidente que disse que a Câmara iria adquirir dois brinquedos para colocar provisoriamente na escola, possibilitando, assim, que as crianças possam brincar no espaço exterior, atrás do Jardim de Infância. -----



O Senhor Presidente voltou a intervir e referiu-se à questão da ausência das publicações das reuniões de câmara e explicou que tinha algumas dúvidas na última gravação, pelo que ainda estava a “vê-la minuciosamente”, porque, sendo o responsável máximo, teria de refletir sobre alguns pontos que lhe suscitaram algumas dúvidas – disse. -----

De qualquer forma, iria resolver para que a publicação da reunião ficasse disponível no dia seguinte. -----

Relativamente à Moção, apresentada pelo Senhor Vereador em representação da força política VIVA, disse que tinha solicitado à Técnica responsável, que acompanha as reuniões de Câmara, que a referida Moção fosse publicada, dado que tinha sido aprovada. -----

A Técnica referiu que tinha havido um acréscimo de trabalho, o que levou a que não se tivesse conseguido tratar deste assunto, contudo, o mesmo iria ser resolvido de imediato. -----

O Senhor Presidente fez alusão ao assunto da criminalidade em Alcáçovas, o qual tinha sido abordado pelo Senhor Vereador António Costa da Silva e disse que não “podia estar de acordo com aquela forma de expressão”. Em sua opinião, a situação não tinha sido grave porque não tinha havido ninguém ferido, nem agressões– acrescentou. Sabia que psicologicamente não era “bom para as pessoas” e que, apesar de ser uma situação complicada, não a considerava grave. Prosseguindo, afirmou que tinha uma opinião completamente diferente, pois o “nosso Concelho era pacífico e não havia razões para estar a meter medo às pessoas”. Disse que há muitos anos que não havia assaltos a um banco no nosso Concelho, assim como outros acontecimentos desta natureza e sublinhou que, nos últimos tempos tinha havido uma considerável atuação por parte da GNR, embora reconheça que há falta de efetivos e de viaturas. -----

O Senhor Presidente acrescentou que tinha estado sempre em contacto o Sargento da GNR e que o próprio lhe tinha dito que era muito mais fácil se houvesse mais efetivos, o que permitiria organizar o trabalho de outra forma. Contudo há cerca de um ano e meio que o efetivo tinha sido alargado, “o que já não era mau” -disse. -----

Havia casos que estavam” fora da esfera da GNR”, pelo que não se poderia culpar as forças de segurança por estes acontecimentos. O Seu papel era atuar no momento, mas os casos seguiam para tribunal que, superiormente, determinava as sentenças - firmou. -----

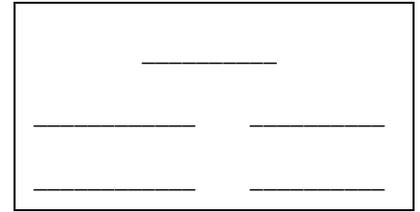
O Senhor Presidente salientou que os dados de criminalidade tinham vindo a diminuir desde há um ano, mas que seria “uma utopia” se deixasse de existir. -----

O que acontecia, a partir do momento em que havia mais forças de segurança nas ruas, havia mais multas. “A GNR não estava na rua só à espera que houvesse um assalto”. -----

Continuando a sua intervenção, disse que em sua opinião, vivíamos num Concelho seguro e havia a colaboração da GNR com a população. Como se “estava a caminhar para a construção do Quartel da GNR também haveria, certamente, um aumento de efetivos-afirmou. -----

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva que disse que não “queria alarmar sobre estas questões, mas que o assalto a um banco era uma situação muito grave e que vinha perturbar a tranquilidade da população, -----

Relativamente à questão da GNR sublinhou que era importante que as pessoas tivessem uma



perceção de segurança de que há a “presença”. Viana tinha o Posto da GNR, o que inibia quem queria cometer crimes, mas Alcáçovas não tinha esta sensação de proteção –disse. -----

O Senhor Vereador reforçou a importância da segurança para a população porque “isso era mais importante do que as multas”. -----

O Senhor Presidente alertou para “a mensagem de alerta” que passa para as pessoas porque se instala um clima de medo, e não se justifica porque não vivemos num Concelho onde se assistem a assaltos e crimes diariamente. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou usou da palavra fez também alusão ao assalto em Alcáçovas, considerando uma situação preocupante. Disse, ainda, que a comunicação social informava, constantemente, acerca destas situações, o que agravava o sentimento de insegurança e de medo nas populações. A população do nosso Concelho é maioritariamente idosa e o facto de não sentirem a permanência da GNR no Posto, deixava-as mais inseguras. -----

A Senhora Vereadora manifestou a sua preocupação relativamente ao tráfico de droga, sobretudo porque “é feito a olhos vistos” - afirmou. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a intervir e salientou que “Portugal era dos países mais seguros do mundo”, logo a “nossa terra ainda era mais”. Um dos nossos maiores valores era a segurança, portanto, não poderíamos arriscar a perder esse bem-estar-disse. -----

O Senhor Presidente concordou com a observação do Senhor Vereador, mas era importante que não se alarmasse a população. -----

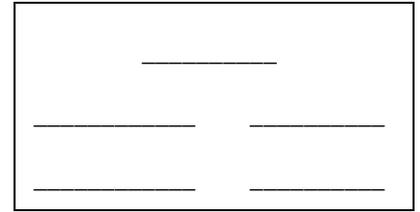
A Senhora Vereadora realçou a boa atuação do Sargento da GNR, enquanto líder de uma equipa que tem conseguido manter uma equipa adequada à realidade do nosso Concelho. -----

Prosseguindo, perguntou se o Senhor Presidente já tinha recebido a carta da empresa Vila Franca sobre as garantias bancárias. -----

O Senhor Presidente respondeu que não “que não se lembrava de a ter recebido”. Poderia ter sido reencaminhada para a DGR-Divisão de Gestão de Recursos, mas que não tinha a certeza. Adiantou que tinha falado com o chefe daquela Divisão sobre aquele assunto, mas que devido à quantidade, não era possível responder a todas. Tendo em conta estas circunstâncias, referiu que tinha sugerido que houvesse a ajuda por parte do Gabinete Jurídico, tendo sido enviado um e-mail à Dra. Isabel Moraes Cardoso a solicitar o apoio de dois juristas para resolver esta questão. -----

A Senhora Vereadora referiu que alguns munícipes tinham colocado a questão acerca da existência do piquete das águas, pelo facto de haver roturas que tinham ficado por resolver de sexta até segunda-feira. -----

Para esclarecer esta dúvida, o Senhor Presidente solicitou a presença do seu adjunto, Joaquim Maria Bento, que disse ter tido conhecimento da situação, no sábado, pela manhã. “Estiveram a analisar a situação e tiveram de aguardar porque o sítio para ser intervencionado, implicava corte de água e a presença da GNR.” Por essas razões, optaram por esperar por segunda-feira – disse. De acordo com o adjunto do Senhor Presidente, aquele era um troço já com 7 intervenções e o trabalho que realizaram foi completo, por isso, só tinha sido executado na segunda-feira.-----



A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que, em determinadas zonas das nossas vilas onde não houve requalificação, haveriam, certamente, muitas roturas e questionou caso houvesse ao fim de semana, se haveria piquete de serviço. -----

O adjunto do Senhor Presidente respondeu afirmativamente. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a intervir e referiu que tinha constatado que o executivo já tinha reunido com as Juntas de Freguesia e que também tinham sido envidas às Associações, pedido de contributos relativamente às Comemorações do 25 de Abril. Neste âmbito, a Senhora Vereadora perguntou qual o ponto de situação deste assunto. -----

O Senhor Presidente, antes de passar a palavra à Senhora Vice-Presidente, disse que gostaria de “manifestar a sua tristeza porque apenas tinham aparecido três associações”. -----

A Senhora Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que tinham começado por reunir com as Juntas de Freguesia, na qual participaram os três Presidentes, que apresentaram algumas ideias. Neste momento, estavam a elaborar um programa em conjunto com as Juntas de Freguesia. -----

Em relação às Associações, “tinham ficado tristes porque só três associações tinham estado presentes, duas de Viana e uma de Alcáçovas. “Talvez se fosse realizada uma reunião em cada freguesia se resolvesse o problema” - disse. De qualquer forma, aguardavam, ainda, que fossem enviados, por mail, alguns contributos. -----

Disse a Senhora Vice-Presidente que as Associações que compareceram, “também não traziam grandes ideias, vinham ouvir as propostas da Câmara”. -----

Continuando a sua intervenção, referiu que não iriam desistir e que continuariam a insistir. Iriam também agendar uma reunião com os jovens para ouvir as suas opiniões. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou disse que tinha a intenção de dar a sugestão de se envolverem as escolas e os jovens, pois era importante “passar este percurso que foi feito antes e pós 25 de Abril” para os mais jovens”. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael disse que em vez de serem as Associações a apresentarem propostas à Câmara, a sua sugestão era o inverso. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que, na reunião realizada com as Associações, foram apresentadas propostas às Associações. -----

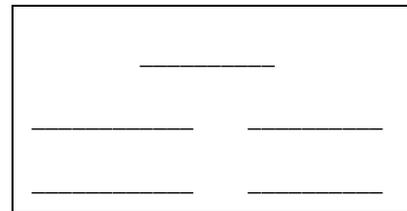
A Senhora Vereadora Rita Rafael apresentou algumas ideias, nomeadamente concursos com ideias originais, perguntas sobre o 25 de Abril, debates sobre o passado e o presente e as conquistas alcançadas, entre outros. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que as comemorações do 25 de Abril deveriam ser muito mais do que se estava a apresentar porque se “viviam tempos estranhos e muito preocupantes em que os valores de Abril começavam a ser postos em causa”. -----

“Comemorar 50 anos de Abril só no dia 25 de Abril era muito pouco” - disse. -----

Disse o Senhor Vereador que este deveria ser um ano cheio de iniciativas à volta de Abril e que “mais do que falar do dia da liberdade, era importante falar daquilo que não é a liberdade”. ----

Era preciso mostrar aos jovens aquilo que as ditaduras de esquerda e de direita têm feito aos grupos minoritários-afirmou. -----



O Senhor Vereador referiu-se à importância das eleições europeias, pois corria-se o risco dos grupos de extrema esquerda e extrema direita” ganharem peso de tal ordem no Parlamento Europeu, que poderiam pôr em causa o nosso modo de viver e aquilo em que acreditamos”. ---- Neste contexto, referiu que as comemorações do 25 de Abril não deveriam ser só festas, deveriam, também, ser feitas atividades nas escolas e na rua, mostrando, assim, “aquilo que não é Abril. Disse ainda que os “atores políticos que defendem a liberdade, deveriam ter a capacidade de se unir nessas intervenções e mostrar o que não é a liberdade”. Em sua opinião deveria haver uma convergência sobre as iniciativas a desenvolver este ano, apelando à participação das organizações. -----

O Senhor Presidente, a propósito das questões da liberdade, disse que o RGPD- Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados era uma limitação à exposição de certas ideias, logo, uma limitação da “nossa liberdade”. -----

Relativamente à questão da programação para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, disse que “estavam abertos a sugestões, mostrando que este ano era um ano diferente”. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou usou da palavra e acrescentou que era importante mostrar o que não era liberdade porque para as pessoas tudo “era um direito adquirido”. Não havia direitos, apenas deveres-disse. “A Democracia era respeitarmo-nos uns aos outros “. -----

A Senhora Vice-Presidente informou que as planificações das atividades de comemoração dos 50 anos do 25 de Abril iriam decorrer ao longo do ano. -----

Interveio, ainda, a Senhora Vereadora Rita Rafael que perguntou sobre o estado dos concursos de mobilidade de eletricista, de cobrador e do funcionário da Piscina porque a última informação que tinham tido era que faltavam realizar os testes psicotécnicos. Questionou também a situação de alteração dos Regulamentos, o processo da Praça da República e ainda sobre a ausência de divulgação da oferta para Assistente Social, no âmbito da medida “Radar Social”. -----

Em relação ao concurso de mobilidade de eletricista, o Senhor Presidente respondeu que se esperara a autorização da outra entidade, para a entrada do funcionário. -----

Referindo-se ao processo da Praça da República, disse que tinha solicitado, mais uma vez, ao Arquiteto, autor do projeto, que fizesse as telas finais porque estava a ser questionado em reunião de Câmara e não podia responder porque não tinha as informações. -----

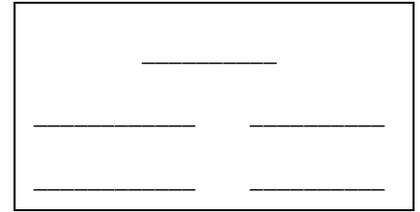
A Senhora Vice-Presidente esclareceu quanto aos concursos quer do cobrador quer das Piscinas e informou que já tinham sido realizados os testes psicotécnicos, cujos resultados se aguardavam, para se passar à fase seguinte. -----

No que diz respeito ao Radar Social, tinham tido 36 pessoas a concorrer, o que significava que a “mensagem tinha passado”, ainda que não tivesse havido divulgação nas redes sociais. -----

Os Regulamentos estavam em fase de construção- afirmou. -----

Passou-se de seguida à Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----



Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 24 de outubro de 2023- O Senhor Presidente pediu autorização aos Senhores Vereadores para que este ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, dado que se tratava de uma ata muito extensa e não tinha havido tempo suficiente para a sua leitura. -----

Havendo unanimidade na decisão, a ata relativa à reunião ordinária de 24 de outubro de 2023 será, novamente, submetida a votação, na próxima reunião de Câmara. -----

Ponto três) Informação sobre a Atividade da Câmara- A Câmara tomou conhecimento da atividade da Câmara realizada de 12 a 25 de janeiro de 2024: -----

Dia 12 de janeiro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, a vice-presidente, Paula Neves, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, o adjunto do presidente, Joaquim Maria Bento e a vereadora, Sara Grou, estiveram presentes na inauguração da Mostra de Artesanato do Concelho de Viana, no Castelo de Viana do Alentejo, no âmbito das Comemorações do 126º aniversário da Restauração do Concelho de Viana.-----

Com a Mostra de Artesanato do Concelho, o primeiro projeto do ano de 2024 do ciclo de Exposições Temporárias da Igreja da Misericórdia de Viana do Alentejo, a Câmara Municipal, com o apoio da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, pretende dar a conhecer e divulgar as tradições e a produção artesanal a quem visita o concelho, com contributos das mãos que laboram no artesanato em Viana do Alentejo. -----

A exposição encontra-se patente ao público até dia 3 de março, entre as 9h30 e as 13h00 no período da manhã e, entre as 14h00 e as 17h30, no período da tarde. -----

Dia 13 de janeiro, no âmbito das comemorações do 126º Aniversário da Restauração do Concelho de Viana do Alentejo, esteve presente o executivo da Câmara, nas diversas iniciativas realizadas nesse dia. -----

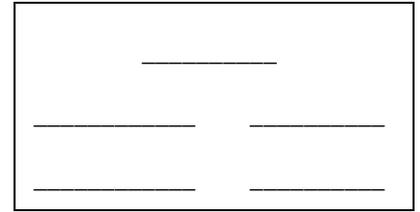
Dia 14 de janeiro, no âmbito da 5ª edição da iniciativa “Corrida Viana-a-par-de-Alvito” estiveram presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte e o seu adjunto, Joaquim Maria Bento. -----

Esta foi a edição mais participada de sempre, num total de 352 inscrições confirmadas, das quais 162 atletas na corrida principal, 88 nas corridas jovens e 102 na caminhada. -----

A quinta edição da prova foi organizada pelos Municípios de Alvito e de Viana do Alentejo, pelas Juntas de Freguesia de Alvito, Viana do Alentejo e Vila Nova da Baronia com o apoio das Associações de Atletismo de Beja e de Évora, Bombeiros Voluntários de Alvito e Viana do Alentejo e GNR de Alvito e de Viana do Alentejo. -----

Dia 15 de janeiro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, reuniu com a direção da Associação Equestre de Viana do Alentejo sobre a próxima edição da Romaria a Cavallo. -----

Dia 16 de janeiro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, acompanhado pelo grupo da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA, visitou várias empresas do concelho, com o intuito de divulgar e apresentar as empresas ao grupo. -----



Dia 17 de janeiro, o Sporting Clube de Viana do Alentejo recebeu, na sede da Associação de Futebol de Évora, duas distinções de certificação de entidade formadora, relativa à época 2022/2023. -----

Na cerimónia, que contou com a presença do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, o clube, representado pelo presidente Rogério Lagarto, foi distinguido como entidade formadora 2 estrelas, bem como Centro Básico Formador de Futsal Masculino. O Município de Viana do Alentejo esteve representado na cerimónia pelo técnico da Câmara, João Morais. -----

Dia 18 de janeiro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte e a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, reuniram com o CLAS - Conselho Local de Ação Social do Concelho de Viana do Alentejo, no salão da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. -----

Em cima da mesa esteve a apresentação do relatório de monitorização dos resultados finais do CLDS-4G de Viana do Alentejo, pela Associação Terras Dentro, entidade coordenadora local da parceria, destacando a capacitação das pessoas e a taxa de execução elevada do CLDS-4G, que decorreu entre setembro de 2019 e setembro de 2023. -----

O Município de Viana apresentou a medida Radar Social cuja candidatura do concelho foi aprovada por um período de 27 meses, permitindo implementar, de forma experimental, um sistema de georreferenciação social, cujos destinatários são as pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade social. -----

Foi, igualmente, efetuado um ponto de situação da descentralização de Competências no domínio da Ação Social, que decorreu com normalidade, tendo o trabalho sido positivo, destacando-se o apoio do Instituto da Segurança Social. -----

Dia 19 de janeiro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na comemoração do 77.º Aniversário do Grupo Coral dos Trabalhadores das Alcáçovas, realizada na sua sede. ----

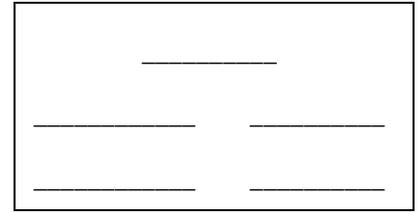
Dia 19 e 20 de janeiro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente na 1ª Cimeira de Presidentes de Câmara da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, integrada no 1º Congresso e Mostra Nacional de Cidades e Vilas de Cerâmica, realizada no Centro de Congressos de Aveiro. -----

Dia 20 de janeiro, em representação do presidente da Câmara, o seu chefe de gabinete, Eduardo Luciano, a convite do Grupo Coral "Paz e Unidade", esteve presente na sessão de divulgação do III Festival do Ponto & Alto, realizada no Monte do Sobral. -----

O festival terá lugar no dia 15 de junho, em Alcáçovas. -----

Dia 21 de janeiro, o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Maria Bento, esteve presente, a convite da Associação dos Amigos Aguiarenses, na noite de fados, realizada no salão da antiga Cooperativa de Aguiar, no âmbito das comemorações do 15.º aniversário da associação. -----

Dia 23 de janeiro, a convite da Câmara Municipal de Almada, estiveram presentes na apresentação pública da Estratégia Municipal da Saúde de Almada 2024/2030, realizada no Fórum Romeu Correia, no Auditório Fernando Lopes-Graça, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, a secretária do gabinete de apoio à Vereação, Vanda Tiago e a técnica da Câmara, Ana Raquel Paulos. -----



Dia 25 de janeiro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, na Delegação da Câmara, em Alcáçovas. -----

No mesmo dia, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, também efetuou atendimento aos munícipes, em Alcáçovas. -----

De tarde, o presidente da Câmara e a vice-presidente da Câmara reuniram com as Juntas de Freguesia do Concelho, com o intuito de planear as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, nas três freguesias. -----

Mais tarde, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte e o seu adjunto, Joaquim Maria Bento, reuniram com o executivo da Junta de Freguesia de Aguiar, com o objetivo de tratar assuntos relacionados com a mesma. -----

Intervieram as Senhoras Vereadoras sara Grou e Rita Rafael que questionaram acerca do grupo da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA, que tinha visitado empresas do Concelho. A Senhora Vereadora Sara Grou ainda sugeriu uma alteração à Informação da Atividade da Câmara-----

O Senhor Presidente respondeu que era uma empresa interessada em investir no nosso Concelho, sobretudo na área do turismo. As empresas mostraram interesse e havia, agora, um longo caminho a percorrer porque as empresas tinham de estar legais-disse. -----

Ponto quatro)Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (1º Ciclo)

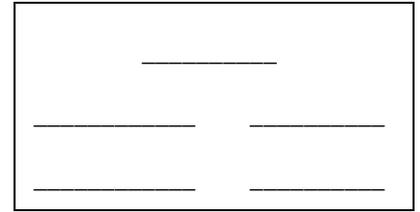
Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar (1º Ciclo), a um aluno da freguesia da freguesia de Viana do Alentejo. -----

Ponto cinco) Proposta de pedido de aprovação de Consulta Pública do Projeto de Regulamento Municipal do Banco Local de Voluntariado de Viana do Alentejo –

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva que questionou quanto ao facto de aquele Regulamento ter sido aprovado pela Câmara na reunião de 27 de setembro e por que razão tinha sido submetido, agora, a reunião de Câmara. Devia ter seguido para publicação em Diário da República porque a Câmara não tinha de deliberar uma consulta pública-disse. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e concordou com a opinião do Senhor Vereador António costa da Silva e referiu-se à aprovação de um Regulamento do Banco Local de Voluntariado na Assembleia Municipal de 2011. Neste âmbito questionou se aquele que era apresentado vinha na sequência de uma alteração ou era a constituição de um novo. Caso fosse uma alteração, a primeira aprovação não estava correta-afirmou. -----

Para esclarecer as dúvidas deste ponto da Ordem de Trabalhos, foi solicitada a presença do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, contudo, foi necessária a presença da Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, que referiu que o que tinha vindo à Câmara tinha sido a proposta de alteração do Regulamento porque a Lei tinha sido revogada e agora era preciso atualizar-disse. O que estava incorreto era a designação do ponto, pois deveria ter sido “Pedido de aprovação do Projeto “em vez de “pedido de aprovação de Consulta Pública do Projeto”. O que se pretendia era fazer a atualização da Lei e tornar mais abrangente a questão do voluntariado, permitindo aos jovens possam também ser voluntários. -----



Para clarificar este assunto, o Senhor Vereador António Costa da Silva propôs que a designação fosse “Proposta de Pedido de aprovação da alteração ao Regulamento Municipal do Banco Local de Voluntariado de Viana do Alentejo. -----

Assim, com as devidas correções, a Câmara deliberou aprovar a Proposta de Pedido de aprovação da alteração ao Regulamento Municipal do Banco Local de Voluntariado de Viana do Alentejo. -----

Ponto seis) Proposta de aprovação do Memorando de Entendimento, para regular a parceria entre o Município e a Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A-

Neste ponto Ordem de Trabalhos, interveio o Senhor Vereador António costa da Silva e referiu que “uma coisa era a empresa estar aqui e querer realizar iniciativas, pedindo um espaço à Câmara ou apresentando-se às empresas, outra coisa era a Câmara querer ter uma relação com uma entidade financiadora”. Em sua opinião aquele Memorando poderia ser informativo à Câmara, não podendo ter efeitos deliberativos-afirmou. -----

“Se a empresa pedisse apoio à Câmara para fazer uma ou outra sessão, não haveria problema, mas ter um Memorando com uma empresa, disse que não concordava, pois tratava-se de uma empresa concorrencial”. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou disse que também não concordava com aquele Memorando, tendo em conta “o risco que a Câmara poderia correr”. -----

O Senhor Vereador António costa da Silva afirmou que um Memorando de entendimento parecia-lhe “exagerado”, uma vez que isto seria uma espécie de contrato. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael perguntou quais os custos deste Memorando de Entendimento, cuja resposta foi dada pelo Senhor Vereador António costa da Silva, que afirmou não haver custos, mas que ficaria numa situação privilegiada perante a concorrência. -----

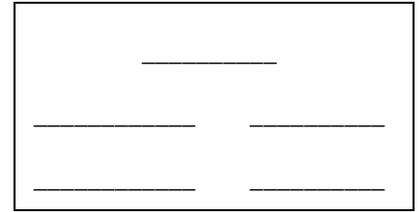
O Senhor Presidente disse que tinham feito contactos com esta empresa, que se mostrou interessada. A empresa tem vários documentos assinados com várias empresas e o seu objetivo era ajudar as empresas a terem lucros-disse. -----

Após as intervenções e esclarecimentos prestados, o ponto foi submetido a votação, tendo sido reprovado com dois votos a favor e três votos contra por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

Ponto sete) Proposta de pedido de parecer Prévio para a celebração de um Contrato de Prestação de Serviços na Modalidade de Avença para Apoio na DIMSU, na Piscina de Alcáçovas –

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que continuava a existir “a velha questão”. Este tipo de trabalho era não subordinado e não estava sujeito a horário de trabalho e isso teria de ser demonstrado. Para além disso, os contratos de avença tinham de ser feitos com os profissionais liberais, pelo que questionou se este era o caso. Era importante ter essa confirmação, uma vez que “a violação destas regras gerava a nulidade dos contratos, sendo a responsabilidade financeira de quem geria”. Este tipo de situação era já recorrente, pelo que voltava a chamara a tenção sobre este assunto. -----

O Senhor Vereador acrescentou que “esta exigência da Lei era para evitar subterfúgios para quando se queria contratar individualmente alguém”. -----



O Senhor Vereador perguntou se havia urgência nada data de início deste assunto porque se fosse possível sugeria uma melhoria no referido contrato. -----

Assim, o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras propuseram que o ponto fosse retirado por falta de informação, sendo remetido, novamente, na próxima reunião de Câmara. -----

Ponto oito) Proposta de ratificação da 2ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa –

Com dois votos a favor, dois votos contra, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e uma abstenção, por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara ratificou, por maioria a 2ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto nove) Proposta de ratificação da 2ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de

Investimentos - Por maioria, com dois votos a favor, dois votos contra, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e uma abstenção, por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara ratificou a 2ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto dez) Proposta de ratificação da 3ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa –

Com dois votos a favor, dois votos contra, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e uma abstenção, por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara ratificou, por maioria, 3ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto onze) Proposta de ratificação da 3ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de

Investimentos - Por maioria, com dois votos a favor, dois votos contra, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e uma abstenção, por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara ratificou 3ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto doze) Proposta de ratificação da 1ª alteração permutativa ao Plano de Atividades

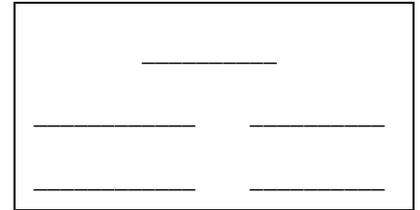
Municipais - Por maioria, com dois votos a favor, dois votos contra, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e uma abstenção, por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara ratificou a 1ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva apresentou uma declaração de voto, justificando a sua abstenção nos pontos oito, nove, dez, onze e 12 da Ordem de Trabalhos. Esta abstenção tem por objetivo permitir ao Município fazer as alterações permutativas necessárias para o regular funcionamento do Orçamento em vigor, pois o Município estava a trabalhar com o Orçamento de 2023- afirmou.-----

A Senhora Vereadora Sara Grou, também apresentou uma declaração, esclarecendo que os votos contra das Vereadoras do Partido Socialista, nos pontos atrás referidos, estão relacionados com o facto de se tratar de ratificações, com as quais não concordam, uma vez que, em sua opinião, deveriam ter sido feitas com a “consulta dos Vereadores”. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que gostaria de explicar a razão de se tratar de ratificações. Referiu que as requisições de muitos destes serviços eram anuais e já estavam em vigor, por isso, teve de aceitar a proposta dos serviços-afirmou. -----

Ponto treze) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 13 de dezembro de



2023, que determinou a adjudicação e aprovação da minuta do contrato referente ao Concurso Público para Aquisição de Equipamento de Projeção Digital de Cinema e de vídeo, Imagem e Tecnologia para o Cineteatro Vianense -

- O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que aquele valor não era competência do Presidente porque tinha havido antes um concurso público. -----

O Senhor Presidente respondeu que o concurso quando foi lançado tinha sido com 150 mil euros, o que ultrapassava a sua competência. -----

Feitos os esclarecimentos, a Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 13 de dezembro de 2023, que determinou a adjudicação e aprovação da minuta do contrato referente ao Concurso Público para Aquisição de Equipamento de Projeção Digital de Cinema e de vídeo, Imagem e Tecnologia para o Cineteatro Vianense; -----

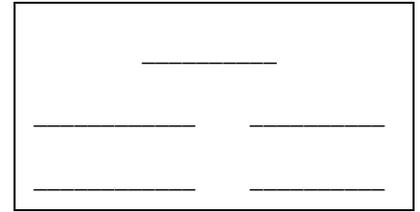
Ponto catorze) Proposta de transferência de verba para a Associação de Município da Rota da

Estrada Nacional 2 (AMREN2) – Quota de 2024 -Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a de transferência de verba para a Associação de Município da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2), no valor de 1.200€ (mil e duzentos euros), referente à Quota de 2024. -----

Ponto quinze) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio

Financeiro às Atividades Culturais – De acordo com a proposta da Divisão de Cultura e Desporto e no âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara de liberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para: -----

- Sociedade União Alcaçovense (Escola de Música), no montante de 268,20€ (duzentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos, referente ao terceiro trimestre de 2023. -----
- Sociedade União Alcaçovense (Escola de Música), no montante de 255,60€ (duzentos e cinquenta e cinco euros e sessenta cêntimos, referente ao quarto trimestre de 2023.
- Sociedade União Alcaçovense (Banda Filarmónica), no montante de 238,80€ (duzentos e trinta e oito euros e oitenta cêntimos, referente ao terceiro trimestre de 2023. -----
- Sociedade União Alcaçovense (Banda Filarmónica), no montante de 180,00€ (cento e oitenta euros), referente ao quarto trimestre de 2023. -----
- Sociedade União Alcaçovense (Grupo de Teatro Amador), no montante de 414,30€ (quatrocentos e catorze euros e trinta Cêntimos), referente ao terceiro trimestre de 2023. ----
- Sociedade União Alcaçovense (Grupo de Teatro Amador), no montante de 210,00€ (duzentos e dez euros), referente ao quarto trimestre de 2023. -----
- Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense (Grupo Paz e Unidade), no montante de 381,60€ (trezentos e oitenta e um euros e sessenta cêntimos), referente ao quarto trimestre de 2023. –
- Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense (Escola de Dança), no montante de 580,50€ (quinhentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos), referente ao quarto trimestre de 2023. ----



- Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo, no montante de 211,50€ (duzentos e onze euros e cinquenta cêntimos, referente ao 3º trimestre de 2023. -----
- Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo, no montante de 243,00 (duzentos e quarenta e três euros), referente ao quarto trimestre de 2023. -----
- Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas (Grupo de Cavaquinhos do Alentejo), no montante de 268,20€ (duzentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos), referente ao terceiro trimestre de 2023. -----
- Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas (Grupo de Cavaquinhos do Alentejo), no montante de 327,00€ (trezentos e vinte e sete euros), referente ao quarto trimestre de 2023.
- Cruz Vermelha Portuguesa, para a Delegação de Alcáçovas, no montante de 4.800€ (quatro mil e oitocentos euros), referente ao 1º e 2º semestre de 2023. -----

De referir que em relação às transferências de verbas para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense, não votou a Senhora Vice-Presidente por se encontrar impedida. -----

Ponto dezasseis) Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Recreativo Associativo de Viana do Alentejo – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a concessão de apoio financeiro para o Grupo Recreativo Associativo de Viana do Alentejo, no montante de 3.000,00€ (três mil euros), como participação nas despesas da organização do Corso Carnavalesco, em Viana do Alentejo. -----

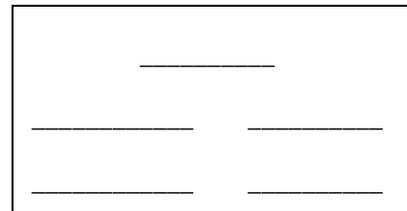
Ponto dezassete) Proposta de concessão de apoio financeiro para Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a concessão de apoio financeiro para a Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas, no montante de 3.000,00€ (três mil euros), como participação nas despesas da organização do Corso Carnavalesco, em Alcáçovas. -----

Ponto dezoito) Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Motard “Os Xananas” de Viana do Alentejo - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a concessão de apoio financeiro para o Grupo Motard “Os Xananas” de Viana do Alentejo, no montante de 400,00€ (quatrocentos euros), referente ao III Passeio TT “Rota do Barro”. -----

Ponto dezanove) Proposta de concessão de apoio financeiro para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a concessão de apoio financeiro para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense, no montante de 100,00€ (cem euros), referente à divulgação do III Festival Ponto & Alto. Não votou a Senhora Vice-Presidente por se encontrar impedida. -----

Ponto vinte) Proposta de concessão de apoio financeiro para o Grupo Motard “Os Xananas, no âmbito do seu aniversário – Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a concessão de apoio financeiro para o Grupo Motard “Os Xananas” de Viana do Alentejo, no montante de 400,00€ (quatrocentos euros), referente à organização da festa do seu aniversário. -----

Ponto vinte e um) Proposta de concessão de apoio financeiro para a ASTAVA- Associação de Solidariedade dos Trabalhadores das Autarquias Locais - Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a concessão de apoio financeiro para ASTAVA- Associação de Solidariedade dos



Trabalhadores das Autarquias Locais, no montante de 2.855,00€ (dois mil oitocentos e cinquenta e cinco euros), referente ao 4º trimestre de 2023. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação do Município de Viana do Alentejo – De acordo com a proposta da Divisão Urbanística e Processual, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de alteração, por aditamento da Estratégia Local de Habitação (ELH) do Município de Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e três) Proposta de início de procedimento de revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Viana do Alentejo- Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a proposta de início de procedimento de revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de emissão de Licença Especial de Ruído para a realização de evento Festa de Aniversário”, a realizar nos dias 27 e 28 de janeiro – Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas – O Senhor Vereador António Costa da Silva alertou para este ponto da Ordem de Trabalhos, na medida em que o assunto deveria ser uma ratificação e não uma deliberação. -----

Concluindo que se o ponto não tinha a designação correta, a Câmara ratificou, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 18 de janeiro de 2024, que autorizou a emissão de Licença Especial de Ruído e isenção do pagamento de taxas, para a realização de um evento, “Festa de Aniversário” ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, com início às 18 horas do dia 27 de janeiro de 2024 e término às 00.00 horas do dia 28 de janeiro de 2024. -----

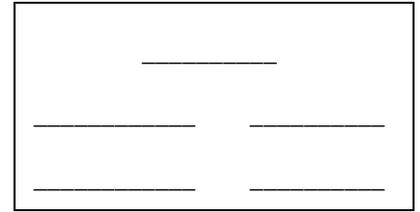
Ponto vinte e cinco) Proposta de ratificação da decisão de aprovação da nomeação do Coordenador de Segurança em obra, no âmbito da Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo- A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 22 de janeiro de 2024, que aprovou a nomeação do Coordenador de Segurança em obra, no âmbito da Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo, Engenheiro Samuel Roberto Morita Barahona. -----

Ponto vinte e seis) Proposta de ratificação da decisão de aprovação da nomeação do Diretor de Fiscalização, no âmbito da Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo - A Câmara ratificou, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 26 de janeiro de 2024, que aprovou a nomeação do Diretor de Fiscalização, no âmbito da Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo, Engenheiro Rui Martins. -----

Ponto vinte e sete) Proposta de ratificação da aprovação do Plano de Segurança e Saúde, relativo à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo - A Câmara ratificou, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 26 de janeiro de 2024, que aprovou do Plano de Segurança e Saúde, relativo à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e oito) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da aprovação do método de imputação das despesas com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Município associados –A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a submissão à Assembleia Municipal da aprovação do método de imputação das despesas com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Município associados. -----

Ponto vinte e nove) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da aprovação do



montante mensal a transferir para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central –

A Câmara deliberou submeter à Assembleia Municipal da aprovação do montante mensal a transferir para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central. -----

Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade.

Eu, _____, Assistente Técnica, a subscrevi

O Presidente

Os Vereadores